

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender como as Organizações Sociais contribuem no fortalecimento dos povos do campo no município de Guanambi – Bahia, procurando identificar as suas colaborações e dificuldades enfrentadas diante desse cenário. Para que tal objetivo fosse alcançado, foi usada uma abordagem metodológica qualitativa do tipo exploratória de campo, que buscou conhecer, elencar e discutir as contribuições e desafios que as Organizações Sociais vem exercendo com os povos do campo. Foi também usada uma amostragem “snowball”, que diante das entrevistas semiestruturadas, foi perceptível que estaria agregando ao trabalho. A pesquisa foi realizada no município de Guanambi – Bahia, utilizando duas Organizações Sociais que atuam a favor dos povos do campo, tais como: Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) e o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Rurais. Os instrumentos usados durante a pesquisa foram: entrevistas semiestruturadas; o diário de campo, importante ferramenta de anotações e as fotografias, que foram tiradas pelo pesquisador. O aporte teórico baseia-se nas áreas da Educação do Campo, Agroecologia e Políticas Públicas. O estudo aponta que existem inúmeras ações, programas e direitos que as Organizações Sociais pesquisadas vêm conquistando e trabalhando junto com os povos do campo, e que as políticas públicas são as maiores ferramentas na garantia e nas conquistas de tais feitos.

Palavras-chave: Educação do Campo. Organizações Sociais. Políticas Públicas Agroecologia. Povos do Campo.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand how Social Organizations contribute to the strengthening of rural people in the municipality of Guanambi - Bahia, seeking to identify their collaborations and difficulties faced in this scenario. In order to achieve this objective, a qualitative methodological approach of the exploratory field type was used, which sought to know, list and discuss the contributions and challenges that Social Organizations have been exerting with rural people. A “snowball” sample was also used, which in the face of the semi-structured interviews, it was noticeable that it would be adding to the work. The research was carried out in the municipality of Guanambi – Bahia, using two Social Organizations that work in favor of rural people, such as: Centro de Agroecologia no Semiárido – CASA; Union of Agricultural Workers and Rural Farmers

The instruments used during the research were the semi-structured interviews as stated above, the field diary, an important note-taking tool and the photographs, which were taken by the researcher. The theoretical contribution is based on areas of Rural Education, Agroecology and Public Policies, important aspects that in the course of the research will be evident and discussed by the research subjects and theorists who approach this theme. Therefore, in view of the interviews with the subjects, the analysis of the data collected and the entire methodological course, it was concluded that there are numerous actions, programs and rights that Social Organizations have been conquering and working together with rural people, and that policies Public services are the greatest tools in guaranteeing and achieving such feats.

Keywords: Field Education. Social Organizations. Public Policies. Agroecology. Countryside people.

Submetido em: 02 de nov. 2022

Aceito em: 26 de jan. 2023

**ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM GUANAMBI-BA:
CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO
DOS POVOS DO CAMPO****SOCIAL ORGANIZATIONS IN GUANAMBI-BA:
CONTRIBUTIONS TO THE STRENGTHENING
OF THE COUNTRYSIDE PEOPLE**

Wisley Miranda Pereira¹

INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa qualitativa exploratória de campo que teve como questão problema saber de que modo o Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi – Bahia contribuem para o fortalecimento dos povos do campo do município de Guanambi, procurando identificar as suas contribuições e as dificuldades enfrentadas.

¹Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Guanambi, Bahia - Brasil.

*E-mail para correspondência: Wisley08gbi@gmail.com

Minha relação com o tema vem de alguns aspectos pessoais, sociais e acadêmicos, eles partem da minha conexão com o campo, considerando que parte da minha família veio deste espaço, então, questões referentes a essa temática acabam entrando em minha vida. Os aspectos sociais se dizem muito da ligação do pesquisador e com os sujeitos participantes da pesquisa. Partindo para o meio acadêmico, é notável a quantidade de estudantes do campo no Departamento de Educação Campus XII da Universidade do Estado da Bahia, onde cursei Pedagogia. Ter essa representatividade é fundamental.

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Guanambi, região sudoeste da Bahia, pertencente ao Território de Identidade Sertão Produtivo. Foi escolhido esse local pelo fato do pesquisador residir nele, a ligação com os sujeitos entrevistados e participantes da pesquisa e o intuito de dar visibilidade as organizações sociais que fazem parte da cidade.

Foram entrevistadas pessoas de duas organizações sociais que atuam em prol dos povos do campo, o Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi. Órgãos da sociedade civil que utilizam de políticas públicas/programas/ações para o fortalecimento dos povos originários do campo. No decorrer do trabalho será perceptível que todas as ações/ programas desenvolvidos pelas organizações sociais têm como sujeitos principais os povos do campo.

Falar de políticas públicas é falar do papel do Estado, como Ele cria e coloca em prática tais políticas para determinadas comunidades, povos, sociedade. No decorrer do trabalho, fica visível que, segundo os sujeitos participantes o presidente atual (Jair Bolsonaro) vem fazendo um papel de omissão e perseguição às políticas públicas que seriam destinadas aos povos do campo, exigindo uma grande participação da sociedade civil, dos Movimentos Sociais, das Organizações Sociais, ONGs, no combate a esse desmonte das políticas públicas.

O trabalho traz uma rápida reflexão acerca da agricultura familiar e agroecologia, áreas que também estão inseridas em sua construção e narrativas dos sujeitos participantes da pesquisa. A Agroecologia vem se tornando uma forte vertente da Educação do Campo, principalmente da agricultura familiar. O Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) vem pautando no território um modelo de agricultura agroecológica que vai de encontro ao modelo imposto pelo agronegócio, no qual insumos químicos são usados de forma abrangente e contaminando o meio ambiente e fazendo mal à saúde das pessoas. Entende-se que, pensar um modelo da agricultura familiar com base na agroecologia, é pensar em Educação do Campo e no fortalecimento da classe trabalhadora do campo.

O artigo está organizado a partir dos seguintes eixos: Percursos metodológicos da pesquisa; Local e sujeitos da pesquisa; Educação do Campo e Agroecologia: produzindo coexistência contra o capital; Agricultura familiar: conceitos e aspectos históricos segundo os sujeitos da pesquisa; Contribuições do Centro de Agroecologia no Semiárido e do Sindicato Rural dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras de Guanambi para o fortalecimento dos povos do campo e, por fim, as considerações finais.

Percursos metodológicos

Esta pesquisa está pautada na abordagem metodológica qualitativa, do tipo exploratória de campo. De acordo com (Gil, 2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar mais familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e criar hipóteses. O autor salienta também que é notável dizer que o objetivo maior desse

tipo de pesquisa é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. É um tipo de investigação bastante flexível, pois são considerados os mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

A importância do estudo de campo, tipologia de pesquisa utilizada nesta proposta de investigação, uma vez que a mesma se constitui em um modelo clássico de investigação que se originou da Antropologia, logo se tem a utilizar muito mais técnicas de observação do que interrogação. É nítido também em sua colocação que por se focar em sua maioria das vezes em uma comunidade, (não necessariamente geográfica) esses procedimentos e meios de coletas de dados podem ser feitos através de análise de documentos, entrevistas, filmagens, fotografias e entre outros (GIL, 2002).

Para (GONSALVES, 2001), a pesquisa de campo é algo diretamente ligada aos sujeitos da pesquisa, algo que venha exigir do pesquisador um encontro mais direto com a população pesquisada, em que ele precise ir até o local onde ocorre/ocorreu o fenômeno pesquisado, pois o seu intuito é reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Outra técnica de pesquisa usada no trabalho trata-se da “*snowball*”, bola de neve, traduzindo para o português, no qual, segundo (VINUTO, 2014), é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referências. Ou seja, é um tipo de amostragem na qual nos mostra um universo, mas não nos permite saber com que precisão ou confiança de seleção do mesmo, no caso dos participantes, não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada, mas se torna útil para estudar determinados grupos difícil de serem acessados.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para início, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes, indiquem novos contatos com as características desejadas, isso a partir da sua vida, contexto social. Com isso, o quadro de amostragem cresce a cada momento, se torna saturado a partir do ponto que o pesquisador percebe que os novos contatos entrevistados não tragam informações relevantes para a pesquisa (VINUTO, 2014).

Esse tipo de amostragem foi escolhido a partir do momento em que o pesquisador se deparou com sujeitos que não estavam planejados para serem estudados, e que abarcariam de forma significativa em seu trabalho, advindo de relatos e vozes dos sujeitos que foram entrevistados. Da mesma forma se deu com o objetivo da pesquisa, que de início tinha como prioridade compreender como estava estruturada a Agricultura Familiar na região de Guanambi – Bahia, mas conversando com os sujeitos participantes, percebeu-se que para tal feito, seria um pouco improvável, pois exigiria um tempo maior e uma pesquisa mais aprofundada, portanto viu que a pesquisa estava mais voltada para compreender as contribuições das organizações sociais para os povos do campo.

A pesquisa foi realizada na cidade de Guanambi – Bahia², em dois órgãos que estão ligados diretamente com a classe de agricultores familiares do município denominados: Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi – Bahia, ambos atuam no fortalecimento, representatividade da categoria e incentivo de políticas públicas que venham abarcar essa classe de trabalhadores (as) e agricultores (as) rurais.

²Município do Estado da Bahia localizado a 796 Km de Salvador, Capital do Estado da Bahia. Sua área total é de 1.272,366 Km², com uma população estimada (Censo do IBGE – 2021) de 85.353 pessoas.

A escolha do local da pesquisa se deu pela proximidade do pesquisador com os sujeitos entrevistados, e devido ser a sua cidade de origem, entendendo assim a importância de valorizar e “dar” vozes para agentes sociais ali presentes. Outro fator que direcionou a escolha dessas localidades partiu pela orientação da coorientadora dessa pesquisa, a Professora Doutora Felizarda Viana Bebé, docente no Instituto Federal Baiano – IF e pesquisadora no campo da agroecologia, tendo um vasto conhecimento e prática na área.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas no período de 10 a 18/11/2021 com os sujeitos participantes da pesquisa, que atuam nas organizações sociais citadas, com o intuito de buscar respostas através de alguns direcionamentos por parte do pesquisador. As perguntas foram feitas para os/as sujeitos, o objetivo foi deixar que eles respondessem de forma livre e que pudessem vir ou aparecer outras questões/problemáticas em suas respostas.

As perguntas foram feitas com base no objetivo geral da proposta de pesquisa, que procurou compreender e conhecer como as organizações sociais atuam no fortalecimento dos povos do campo no município de Guanambi. Em alguns momentos durante as entrevistas, as respostas fugiam um pouco da pergunta feita pelo pesquisador, mas em momento algum os entrevistados foram interrompidos ou foram pedidos para responder novamente, pois se entende que esses fatos fazem parte do percurso metodológico de pesquisa.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e o texto resultante das transcrições foram apresentados aos sujeitos que autorizaram o uso das informações, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O propósito foi garantir a integridade e o direito de anonimato dos/as entrevistados/as, resguardando os princípios éticos e morais da pesquisa.

Outros instrumentos utilizados na pesquisa, foi o diário de campo e algumas fotografias. O diário de campo serviu para as anotações por parte do pesquisador, com o objetivo de registrar observações, algo que chamasse atenção no decorrer de todo o processo. As fotografias foram analisadas em diálogo com os depoimentos fornecidos por meio das entrevistas. Além disso, vale ressaltar que, devido a atual conjuntura que o mundo se encontra em meio a uma pandemia do COVID-19, todos os procedimentos metodológicos seguiram os cuidados éticos conforme a resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e os protocolos de segurança recomendados pelos órgãos sanitários municipais.

Os (as) participantes foram informados (as) com antecedência sobre a pesquisa, seus objetivos, benefícios e riscos de sua participação. Diante disso, tiveram liberdade para escolher participar ou não da mesma. Foram informados (as) também que no caso de se sentirem constrangidos (as), nervosos (as) ou se negassem a responder, poderiam abandonar a entrevista sem restrições ou consequências. Tudo ocorreu conforme planejado, sem nenhuma desistência.

Local e sujeitos da pesquisa

Os locais escolhidos para a pesquisa foram o Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi – Bahia, organizações sociais que atuam em prol de agricultores (as) e trabalhadores (as) familiares do município.

Era de interesse pesquisar mais uma organização social da região que atua em conjunto com o Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi. O CASA foi constituído no dia 3 de setembro de 2002, localizado sua sede e Foro na cidade de Guanambi – Bahia, po-

dendo ter escritório em outras cidades do Estado. É uma sociedade civil constituída pela união de pessoas para fins não econômicos, políticos e religiosos, com duração indeterminada (CASA, 2016).

O CASA surgiu através de uma demanda de agricultores e agricultoras familiares com a intenção pela formação e assistência agroecológica, bem como trabalhar com tecnologias de capacitação de água da chuva por meio da construção de cisternas para consumo humano, de produção e dessedentação de animais. Seu objetivo é a construção de um semiárido justo e solidário, que venha propiciar a melhoria de vida das famílias e comunidades que ali residem, através de uma convivência harmoniosa com o ecossistema, fortalecendo os processos de inclusão social e fortalecimento da cidadania, tudo isso por meio de ações integradas de convivência com o semiárido, voltada para uma política que leve em conta as dimensões de gênero, etnia social, ética, política, cultural, educacional, econômica, ambiental, entre outras. (CASA, 2016).

É preciso enfatizar que este trabalho de criação do CASA teve início em 1996 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Caetité – Bahia³, em parceria com Paróquias da Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias e Instituições Públicas e Privadas, constituindo assim, uma política de sobrevivência com o Semiárido (CASA, 2016).

Referentes aos sujeitos entrevistados serão usados nomes fictícios nos momentos em que forem utilizadas suas falas, (falas essas que foram transcritas na íntegra, apenas com correções gramaticais, como a repetição de palavras, por exemplo) com o objetivo de preservar as suas identidades. No total, duas pessoas foram entrevistadas, um homem e uma mulher, o homem será referenciado como João, e a mulher, como Maria, ambos são atuantes nas ações e organizações do Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA). Suas falas em momentos de citações diretas, serão colocadas em fonte itálico para diferenciar dos autores que foram usados nos referenciais teóricos da pesquisa.

Referente ao perfil dos entrevistados, foi pedido que ele e ela se apresentassem, destacando a atuação na instituição da maneira como achassem melhor, Maria se identificou da seguinte forma:

Sou pequena agricultora familiar, estou há 10 anos na presidência do Sindicato dos trabalhadores rurais, agricultor e agricultora familiar de Guanambi. Estou também na Diretoria do CASA há 12 anos, mais ou menos, e agora o cargo que eu estou assumindo aqui no CASA é a Secretária de Finanças/Tesouraria. No Movimento Sindical eu tenho já 23 anos, passei pelos 3 mandatos, já fui Secretária Geral do Sindicato dos Trabalhadores, e agora nessa gestão eu estou assumindo a presidência e também sou Pedagoga (MARIA, 2021).

Logo em seguida, João se identificou da seguinte maneira:

Sou filho de Agricultor também, e tenho 4 irmãos que estão trabalhando na Agricultura Familiar, tenho então esse vínculo com a agricultura familiar. Nasci em um povoado chamado Jurema, lá em Licínio de Almeida, e estou no CASA já irá fazer 20 anos, 19 anos aproximadamente, e atualmente eu respondo como Secretário Executivo do CASA. Fiz História na UNEB de Caetité e fiz Mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Estou aqui junto com outros companheiros e companheiras... como diz Maria, já a 12 anos que estamos trabalhando juntos (JOÃO, 2021).

³Município do Estado da Bahia localizado a 645 Km de Salvador, Capital do Estado da Bahia. Sua área total é de 2.651,536 Km², com uma população estimada (Censo do IBGE – 2021) de 51.184 pessoas.

A pergunta feita referente a apresentação/identificação dos sujeitos da pesquisa, foi de forma livre, apenas pedi que eles se identificassem da maneira que achassem melhor, com as informações que lhe cabiam, não foi pedido idade, endereço ou outras informações mais pessoais, apenas o seu nome e o seu cargo perante à organização.

A outra organização social investigada foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi, no qual foram entrevistados dois agentes, um homem e uma mulher (a mulher é a mesma pessoa entrevistada antes do CASA, pois atua nas duas organizações; os nomes fictícios serão Pedro e Maria).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi é uma entidade de representação de uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais, onde o papel é defendê-lo e lutar pelos direitos dos trabalhadores, conquistar e fazer com que esses direitos sejam usufruídos por todos e por todas, afirma (Pedro, 2021). Complementando (Maria, 2021) relata que o Sindicato foi criado em 25 de maio de 1975, advindo da alta do algodão na região de Iuiú, com isso, muitos trabalhadores estavam sendo explorados por usineiros e fazendeiros, então, viu-se, a necessidade de criar um sindicato para que lutasse e reivindicasse os direitos dessa categoria.

Tratando do perfil de Pedro, funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi, quando foi pedido para ele se apresentar, o mesmo se referiu da seguinte maneira:

Meu nome é Pedro, e estou como Assessor da FETAG – Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Estado da Bahia. Trabalho no Polo sindical da região de Guanambi., onde são 14 sindicatos. Contribuímos na medida do possível, dando acessória às direções, associações rurais quando solicitam, nos assentamentos, tanto do CDA, quanto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (PEDRO, 2021).

Pode-se, pensar, que o conceito básico que dá fundamento às ações do associativismo contemporâneo é o da participação cidadã. Tal fenômeno destaca práticas que rompem com uma tradição de distanciamento entre o lugar onde são tomadas as decisões e os locais onde ocorre a participação da população (GOHN, 2013).

A autora ainda realça que o conceito de participação cidadã está fincado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, ligando a definição das propriedades nas políticas públicas a partir de um debate público.

Outro ponto que ficou marcado na fala de Pedro e subentendido nas falas de Maria e João, é que ambas as associações lutam e defendem políticas públicas para essa classe de agricultores e agricultoras, algo que Gohn (2013) resalta dando ênfase nas características desse fenômeno social de organização:

Portanto, não será apenas a sociedade civil a grande dinamizadora dos canais de participação, mas as políticas públicas também têm papel importante. A principal característica deste tipo de participação é a tendência à institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico institucional do Estado, a partir de estruturas de representação criadas, compostas por representantes eleitos diretamente pela sociedade de onde eles provem (GOHN, 2013).

Portanto, diante das questões levantadas, fica perceptível que as formas de organizações vêm mudando com o tempo, pois a conjuntura da sociedade não é algo intacto e fixo, é rotativo que a meu ver, para se adaptar a essas mudanças torna-se o ponto principal das Organizações e Movimentos Sociais. A luta em prol do coletivo e por políticas públicas é fundamental para a transformação social.

Educação do Campo e Agroecologia: produzindo coexistência contra o capital

Falar sobre Agricultura Familiar é falar também sobre Educação do Campo e Agroecologia, pois são linhas de pesquisas que dialogam entre si. Esse estudo tem como base teórica autores/as que abordam ambas as temáticas. O objetivo é dialogar com essas vertentes no sentido de contribuir com o debate da Educação do Campo e da Agroecologia.

O enfoque Agroecológico e a Educação do Campo têm a mesma base social de construção inicial – a resistência dos agricultores familiares camponeses e seu processo de reorganização a partir dos movimentos sociais (SOUZA, 2017).

Reafirmando sua colocação, o autor aborda também que a defesa de uma nova proposta de desenvolvimento rural e a negação do modelo amparado no agronegócio são partes intrigantes dessa aproximação político-filosófica da Agroecologia e Educação do Campo. Pois a disputa social e a defesa de mudanças estruturais no campo, como a proposta da reforma agrária massiva no Brasil, também são características comuns dos dois enfoques.

Souza afirma:

A defesa de uma produção de conhecimento alicerçada na relação direta entre o conhecimento científico e a sabedoria dos povos do campo — a partir do diálogo de saberes — usando a problematização da realidade; a revalorização dos conhecimentos sociais dos camponeses; a geração e a disseminação de tecnologias adaptadas às realidades territoriais, respeitando o conhecimento e não degradando o meio ambiente; a transformação da realidade social das famílias camponesas; e a produção de alimentos saudáveis para seu consumo e o abastecimento dos mercados locais são alguns dos elementos centrais da mudança metodológica e estão inclusos na educação do campo com enfoque agroecológico (SOUZA 2017, p. 638 Apud SOUZA 2015).

Para Caldart (2007) a refletir sobre a Educação do Campo ela firma que a materialidade de origem ou raiz desse conhecimento exige que ela seja pensada/trabalhada em uma tríade: Campo – Política Pública – Educação.

Usando como alicerce essa tríade essa autora corrobora dizendo que é preciso uma política de educação da classe trabalhadora do campo, para a construção de um outro projeto de campo, de país, de modo que se tenha as questões sociais dos tempos de hoje, pensado para uma luta anticapitalista dos trabalhadores, necessárias para a sua própria sobrevivência como classe e como humanidade. É preciso uma formação que pense também em novos protagonistas para a criação dessa política: os próprios trabalhadores do campo como sujeitos construtores de seu projeto de formação.

A questão de políticas públicas foi algo percebível nas falas dos sujeitos da pesquisa, pois são as maiores ferramentas que auxiliam suas ações. Quando foram entrevistados, eles ressaltaram que muitos dos projetos que o CASA e o Sindicato vinham desenvolvendo estavam parados, principalmente os programas das cisternas. Então, perguntei por que estavam parados. (João, 2021) respondeu que grande parte das políticas públicas está sendo destruída pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, e que os recursos não estão sendo mais repassados, como por exemplos o PRONAF, o Agro Amigo e o Programa de Cisternas, em sua visão, o que precisa é reativar para atender o maior número de pessoas.

Ainda complementa dando alguns exemplos, onde o (a) agricultor (a) pegava empréstimos de dez mil reais e devolvia com descontos de quarenta, até sessenta por cento, porém que hoje em dia isso não é mais possível. Ainda cita que anteriormente algumas associações da região conseguiram um milhão de reais para produzir hortaliças e vender para as escolas, para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Creches e Prefeituras, mas que infelizmente isso não é mais possível, pois o governo vem aos poucos cortando e não repassando esses investimentos, em sua fala, ele relata que é perseguição aos movimentos/organizações sociais, sindicais, etc (João, 2021). Portanto, a tríade sugeri-

da por Caldart (2007): Campo – Políticas Públicas – Educação não tem sido articulada nesse atual governo, como relata Pedro.

Um ponto importante no percurso da luta da Educação do Campo é a sua fidelidade com os povos do campo, organizações e lutas sociais, pois são desses sujeitos que enfrentam várias outras lutas pela sua própria existência que pode nascer alternativas de combate a lógica social dominante, hegemônica e recolocam a perspectiva social para além do capital (CALDART, 2007).

A Educação do Campo não é qualquer particularidade menor, ela diz respeito a uma boa parte da população do país, ela se refere a processos reprodutivos que é a base de sustentação da vida humana em qualquer país. Não é possível criar um projeto de país sem levar em consideração um projeto de campo (CALDART, 2007).

Partindo para o âmbito agroecológico da Educação do Campo, Altieri (1998) ressalta que uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a “penetrar” no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. A Agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda da natureza dos agroecossistemas e dos princípios segundo os quais eles se fundamentam.

Essa ciência citada acima fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas produtivos e preservadores dos recursos naturais, visando serem culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. Altieri (1998) destaca que a Agroecologia se trata de uma abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos, a compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Ao refletir sobre a Educação do Campo, implica em falar da disputa contra o agronegócio e defender a agricultura familiar camponesa; evidenciar as imensas diferenças entre as consequências que esses modelos de desenvolvimento têm para o homem; para a natureza e a sociedade em si. Molina (2015) destaca que falar da Educação do Campo de acordo a sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária, da Reforma Agrária, da desconcentração latifundiária, da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista que tudo transforma em mercadoria, em lucro, como por exemplo, a água, terra e a vida.

Essa mesma autora, defende a concepção de educação que emerge da luta da classe trabalhadora no campo, é pautada pela ideia da autoemancipação do trabalho em relação à subordinação ao capital, colocando a intencionalidade de articular educação e trabalho em um projeto emancipador (MOLINA, 2015).

Onde há agronegócio não pode haver Educação do Campo, pois a vitória do agronegócio é a derrota da Educação do Campo e não existe coexistência possível entre esses dois territórios (MOLINA, 2015)

A expansão do agronegócio está cada vez mais abrangente no semiárido. Cada dia que passa o agronegócio vem ocupando espaços e convencendo agricultores e agricultoras que esse modelo de desenvolvimento, de produção é o mais viáveis para o cultivo e produção de alimentos, relatou Maria (2021) no decorrer da pesquisa.

No tópico seguinte abordaremos sobre a agricultura família a partir dos sujeitos da pesquisa.

Agricultura familiar: conceitos e aspectos históricos segundo os sujeitos da pesquisa

Quando procuramos a definição da agricultura familiar dentro da literatura, nos deparamos com várias vertentes e diferentes raízes históricas que se baseiam em todo o seu contexto, aspectos locais, sociais, econômicos e ancestrais. Portanto, seguindo esses pontos, essa parte da escrita busca conceituar a agricultura familiar e a sua relação com a agroecologia, e aspectos históricos marcantes no Brasil, usando as falas dos sujeitos entrevistados da pesquisa e tendo como base as linhas de ideias que autores como Cassol e Schneider, (2013) abordam.

Antes de adentrarmos ao debate sobre o conceito da agricultura familiar, é importante levantarmos um pouco do seu histórico no Brasil. Cassol e Schneider (2013) enfatizam que tal acontecimento se deve a três fatores igualmente importantes: O primeiro é a retomada do papel sindical após o fim da ditadura militar; o segundo relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990, e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, sobretudo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Dando ênfase aos fatos, no que se propõe à primeira fase dessa série de acontecimentos marcantes da agricultura familiar no Brasil, Cassol e Schneider (2013), destacam o fim da ditadura militar no país, e uma retomada forte do movimento sindical lutando por um conjunto de lutas e mobilizações por crédito, melhoria de preços, formas de comercializações diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, entre outras. Vale lembrar que muitas dessas reivindicações resultaram em conquistas políticas a partir da década de 1990.

A primeira fase desse debate da agricultura familiar no Brasil também é marcada pelos estudiosos e intelectuais do universo acadêmico no início da década de 1990, como os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e a coletânea organizada por Lamarche (1993) mostraram a importância das formas familiares de produção nos países capitalistas avançados e apresentaram importantes revisões teóricas e conceituais que foram fundamentais ao debate político na época, influenciando atores sociais, mediadores e gestores públicos, afirmam Cassol e Schneider (2013).

Podemos colocar dois marcos importantes quanto à segunda fase da agricultura familiar no Brasil, Cassol e Schneider (2013) mostram em primeiro momento a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 28 de junho de 1996 sob o (Decreto nº 1.946) cabendo quatro modalidades, que são; o financiamento da produção, financiamento de infraestrutura e serviços municipais, capacitação e qualificação dos agricultores familiares e financiamento de pesquisa e extensão rural (BRASIL, 1996, p.11.854).

E em segundo lugar, a partir de 2006 que teve a institucionalização da agricultura familiar através da Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Neste interstício a agricultura familiar se consolidou no campo político institucional sendo o campo social que mais atraiu parte dos programas de desenvolvimento rural. Em sua descrição, a lei nº 11.326, estabelece os critérios que se considera agricultor (a) familiar rural através do Art. 3º,

- I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais.
- II – Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família. (BRASIL, 2006, p.1).

E por fim, marcando a terceira fase da agricultura familiar, Cassol e Schneider (2013) compreendem que não tenha um fato marcante e divisor de águas igual aos demais citados atrás, mas que a conjuntura atual é um momento característico desse ponto. Os autores enfatizam o Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006 com os dados sobre a agricultura familiar, que ocorreu em 30 de setembro de 2009 que pode ser visto como o ponto de partida. Os dados desse estudo estabeleceram um verdadeiro debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do país.

No que se diz respeito às falas do sujeitos, durante as entrevistas foi perguntado qual a concepção que eles têm sobre a agricultura familiar, deixando-os responderem de forma livre, sem algum direcionamento, apenas a indagação: De acordo com (Pedro, 2021), que pertence ao quadro de agentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Guanambi, a agricultura familiar é uma agricultura de subsistência, onde o agricultor produz, mas primeiro ele tira a parte de consumo da família, e o restante que sobrou, ele tenta comercializar, para obter algum lucro.

A mesma pergunta foi feita para agentes que atuam no CASA, e os participantes responderam de forma bem mais ampla, abarcando outros pressupostos. Maria (2021) afirma que até pouco tempo atrás muitos agricultores (as) tinha vergonha de dizer que trabalhavam no campo, por mais que existam alguns (as) que ainda tenham essa resistência em dizer a sua realidade, ela percebe que são poucos agricultores, mas que infelizmente ainda existe, e ainda contextualiza sua fala com os avanços que a categoria vem conquistando, dando ênfase para ao acesso à educação, tanto da parte deles quanto dos seus filhos à uma universidade, portanto a categoria entende um pouco mais sobre o que é ser um agricultor (a) familiar. Ela ainda complementa dizendo que agricultura familiar é uma questão de identidade, e que a classe tem um olhar diferente e orgulho em dizer que mora no campo.

Se formos recorrer ao Dicionário da Educação do Campo (2012), uma breve análise quanto ao termo da agricultura familiar é conceituada como algo de múltiplas conotações, como categorias analíticas, segundo com termos construídos no meio acadêmico, como categoria diferenciadora da agricultura patronal e da agricultura camponesa, como termo de categoria de mobilização política referenciador da construção de diferenciadas e institucionalizadas adesões a espaços políticos de expressão de interesses legitimados por essa mesma divisão classificatória do setor agropecuário brasileiro (NEVES, 2012).

Em sua resposta, João (2021) relembra a sua infância ao associar com o seu pai, pois dizia que na época dele, o Agricultor Familiar era visto de outra maneira, como lavrador, tabaréu, matuto, pé rachado ou tido como aquele que não estudou, adjetivos e colocações preconceituosas que infelizmente ainda encontramos nos tempos atuais, mas ao mesmo tempo o sujeito entrevistado diz que isso mudou bastante, e que o agricultor de hoje, às vezes é estudado.

Esses adjetivos e pensamento preconceituosos quanto ao ser do campo, é colocado através da seguinte forma por alguns autores:

(No Brasil, os que hoje são chamados de agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes nomes. Martins (1986) lembra que, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira. No Nordeste, denomina-se tabaréu. Em diferentes regiões do País encontra-se o caboclo. Para o autor, todas são palavras de duplo sentido. Fazem referência a agricultor, a quem vive no campo, mas também indicam uma pessoa rústica, atrasada e ingênua. São palavras depreciativas, ofensivas, muitas vezes relacionadas à preguiça, à pouca disposição para o trabalho. (ALTAFIN, 2007, p. 4 Apud MARTINS, 1986).

Tais narrativas expostas pelos entrevistados corroboram com argumentos que alguns teóricos também levantam quanto ao conceito do que venha a ser o agricultor familiar e aos preconceitos que os povos do campo sofrem.

Lamarche (1993) afirma que se entende a exploração familiar a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família. A interdependência desses três fatores engloba necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão e a reprodução agrícola.

Ao mesmo momento em que o conceito que a agricultura familiar é entendida; como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, Wanderley (1996) relata que tal definição é genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço diversas formas sociais. Desse modo, é correto afirmar que o termo agricultura familiar é bem amplo e possa vir abranger várias categorias dentro de si. A autora ainda afirma que se trata de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; usufruindo de políticas públicas para estimulá-los, fundada em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada.

Esse agricultor/produtor moderno foi algo visto na fala de Maria (2021), durante a entrevista, em que ela afirma que hoje em dia existem mais ou menos dois tipos de agricultores, o mais antigo, que é aquele que sofreu bastante fazendo o trabalho braçal no campo, e tem o agricultor moderno, que usufruiu de políticas públicas e novas tecnologias para o cultivo da agricultura.

Enfim, por mais que a Agricultura Familiar seja um eixo recente na história do Brasil, ela vem se consolidando na prática e no campo teórico e exigindo de mais políticas públicas para o seu fortalecimento.

Contribuições do CASA e do Sindicato Rural dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras de Guanambi para o fortalecimento dos povos do campo

Diante das entrevistas obtidas com os sujeitos participantes e atuantes nas organizações sociais: CASA e o Sindicato Rural dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras de Guanambi, foi possível identificar as ações/programas que essas organizações vêm desenvolvendo no semiárido, as quais têm ajudado a fortalecer a agricultura familiar e auxiliar os agricultores (as), trabalhadores (as) e comunidades rurais da região.

Gostaria de começar falando das contribuições que o Sindicato vem exercendo com a classe em que ele representa. Diante da fala de Pedro (2021), podemos elencar a primeira contribuição que esse órgão tem com os trabalhadores (as) do campo e agricultores (as) familiares, que é a representação e a defesa desempenhada para garantir e conquistar direitos; que serão exemplificados a partir do próximo parágrafo.

Pedro (2021) em sua entrevista fala de alguns direitos conquistados ao longo de sua trajetória como assessor do Sindicato. Ele chama atenção para a orientação do sindicato no processo de aposentadoria do homem e da mulher do

campo. Ele realça também a importância da regulamentação de documentos por parte dos trabalhadores (as) e agricultores (as) familiares, serve como prova que a pessoa está inserida no campo exercendo suas atividades, uma das maneiras de comprovar que a pessoa é do campo, ele se refere à carteira da filiação à Associação dos trabalhadores (as) rurais. Pedro ainda evidencia a Declaração de Aptidão do Trabalhador (a) Rural ao PRONAF, que segundo informações obtidas por Maria (2021) deixará de existir, dando espaço para uma nova forma de cadastramento, que é o Cadastro do Agricultor Familiar (DAF), documento que até então não se sabe muito sobre e que todos estão preocupados como ele estará sendo exercido.

Os trabalhadores (as) e agricultores (as) do campo não conseguindo nenhuma dessas alternativas citadas acima, elas podem recorrer a algum tipo de contratos, documentos que são feitos com os pequenos produtores da região alegando que tal pessoa exerce aquela atividade no/do campo. Por fim, ele lista mais uma forma da pessoa do campo provar a sua identidade, que são as associações, órgãos que representam os trabalhadores (as) e agricultores (as) do campo, uma vez que tal pessoa participa das reuniões, das decisões e projetos exercidos das associações, é mais uma prova que ele pertence ao campo (Pedro, 2021).

Vale destacar outra contribuição que começou através do Sindicato que é a Feira da Agricultura Familiar. Há mais de dois anos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guanambi realiza uma pequena feira em sua sede, sempre aos domingos, das 6h:00h às 10h:00 da manhã. Pedro conta que a feira nasceu através de uma reunião com os dirigentes do Sindicato, de início, o objetivo era somente relembrar e reforçar o comércio da agricultura familiar na região e que as pessoas tivessem conhecimento, mas fazendo uma avaliação na semana seguinte, percebeu que os (as) agricultores (as) gostaram e obtiveram lucro com a feira, então, viu-se a necessidade de fazer todos os domingos.

Diante das entrevistas, foi possível pegar um exemplo de uma agricultora que participa da feira da agricultura familiar em Guanambi e que teve a sua vida modificada de forma significativa e positiva. Maria (2021) contou com orgulho de como a vida dessa mulher mudou, pois até então, o único auxílio que ela recebia tratava-se do Bolsa Família, (que foi cortado) e a aposentadoria do seu marido, mas Maria enfatiza que a mulher camponesa precisa ter a sua própria renda, ter a sua autonomia. Então, Maria disse que, diante dessa dificuldade, ela perguntou o que a agricultora sabia fazer, ela disse: “cocada”, pois na sua região tinha muito coco, portanto, ela passou a fazer cocada e começou a vender nos encontros, reuniões e comemorações que o Sindicato realizava.

Com o tempo, Maria a convidou para fazer parte da feira da agricultura familiar de Guanambi, considerando que a sua propriedade é ampla, ela sempre tem variedade de vegetais e frutas para ofertar, Maria relata que é a feirante que alimenta a boa parte da feira com diversidade de ofertas. Maria conta também que graças à feira, a vida dessa agricultora mudou bastante:

[...]Aí depois que ela começou a vender aqui na feira, ela já comprou um notebook para o filho, dos melhores possíveis, o filho está fazendo Engenharia Civil em Salvador, comprou um notebook dos melhores para esse filho, fazer pesquisa e tal, porque quem estuda nessa área precisa de um notebook para fazer pesquisas, gráficos,, então ela deu para o filho, ela arrumou o casamento da filha dela, comprou as coisas, jogo de quarto, guarda roupa, ela foi na loja, comprou um dos melhores celulares do momento para ela, não sabe nem ligar, mas ela tem um sonho de ter esse celular, ela comprou com o dinheiro dela, e ela ainda conseguiu ter uma reserva na época de 2mil, 3mil reais guardado (Maria, 2021).

Desse modo, a feira da agricultura familiar em Guanambi tem contribuído bastante, tanto para os (as) agricultores (as) que participam dela vendendo os seus produtos, como para as mais de 40 famílias que compram na feira, os produtos sem ou com pouco uso de agrotóxicos.

Tratando-se do uso de agrotóxicos, Maria (2021) fala com esperança que o seu maior sonho e o próximo passo do Sindicato seria que em 2022 os agricultores (as) familiares plantassem sementes sem o uso de reagentes químicos a que venha prejudicar o meio ambiente e a saúde das pessoas, em sua fala ela relata a seguinte questão:

[...]meu sonho maior é que os Agricultores em 2022 plantassem produtos sem agrotóxicos, que eles tivessem as sementes, aí eu comprei um milho, sem agrotóxico e tal, milho crioulo, e eu estou multiplicando esse milho para entregar para esses agricultores, para plantar esse milho, então eu trouxe lá de Malhada, do produtor do sindicato de lá que eu pedi para comprar pra mim, comprei esse milho, e a gente distribuiu com uns 15 agricultores esse ano, ou mais, para eles multiplicarem esse milho sem agrotóxico, então o meu sonho um dia é ter um banco de sementes, todo tipo de semente, eu estou correndo atrás do feijão crioulo né, não encontrei, queria que fosse o feijão, que fosse o milho, que fosse tudo, né? Então é uma luta da gente (Maria, 2021).

Segundo Bombardi (2011), com base no Censo agropecuário de 2006 (IBGE), o consumo de agrotóxicos pelas pequenas propriedades, aquelas que têm entre zero e até dez hectares, 23,7% utilizam agrotóxicos, e entre as propriedades que têm de dez a cem hectares, a porcentagem no ano do censo alcançou 33,2%. A autora ainda enfatiza que por ano, o Brasil tem 5.600 intoxicações, o que equivale a uma média de 15,5 intoxicações diárias, ou uma a cada 90 minutos. A autora ainda enfatiza que a intoxicação por uso de agrotóxicos leva a uma hipótese, que seria a alta taxa de suicídio, pois se diz respeito a transtornos psíquicos causados pela exposição a agrotóxicos, especialmente organofosforados.

De acordo com as respostas obtidas pelos sujeitos entrevistados ao longo da pesquisa, muitos agricultores (as) ainda utilizam agrotóxicos em suas plantações, cenário que Maria tenta mudar, cultivando e multiplicando sementes crioulas⁴ para distribuir aos agricultores e agricultoras, seu objetivo principal quanto a isso é criar um Banco de Sementes Crioulas.

É ressaltada por Pedro (2021) a importância de ter uma feira da agricultura familiar na região, o sujeito diz que é uma luta que ele e os demais vêm travando para alavancar ainda mais o comércio na região, e ao mesmo tempo cobra dos políticos locais um apoio para a feira e até uma construção de um SEASA da agricultura familiar que pudesse receber agricultores (as) de toda região para comercializar os seus produtos e fomentar ainda mais o comércio.

E por fim, mas não menos importante, serão elencados os programas e ações que o CASA desenvolve e beneficiam os agricultores (as) familiares. De acordo com João (2021), o CASA vem atuando de forma significativa com alguns programas, a exemplo: do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e as Cisternas nas Escolas do Campo.

O P1MC, programa desenvolvido pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) com parceria do CASA, são cisternas de 16 mil litros que são construídas nas casas dos (as) agricultores (as) familiares do semiárido para capacitação de água da chuva para consumo humano. O objetivo é melhorar a vida das famílias que vivem na região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de boa qualidade (ASA, s.d).

⁴De acordo com o Dicionário da Educação do Campo, é o material cultivado localmente, geração após geração, o que determina a sua adaptação à comunidade onde está sendo cultivado, pelos camponeses que ali habitam.

A ação metodológica do P1MC é a mobilização social e comunitária conjunta, no qual durante todo o processo garante a participação da população e das famílias. O processo de mobilização se dá através da articulação da comissão municipal, instâncias legítimas de controle social dos programas ASA, que são responsáveis pelo processo de seleção das famílias, organização dos eventos e acompanhamento das construções com as equipes técnicas das organizações executoras da ação. Ação que é formada por no mínimo três organizações sociais no município (ASA, s.d).

As comunidades e famílias que serão contempladas com o programa, são selecionadas através dos critérios pré-definidos na estrutura do programa e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CADUNICO. Depois de selecionadas, as famílias participam do Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) que aborda questões de convivência com o Semiárido e ao cuidado com a cisterna e a água (ASA, s.d).

Após todo esse processo, o próximo passo é a construção dessas cisternas de placa de 16 mil litros de água, uma construção de baixo custo que é feita ao lado das casas e que conta com pedreiros das comunidades que receberam o curso de capacitação. A cisterna tem um formato cilíndrico, é coberta e fica semienterrada. O seu funcionamento prevê a capacitação da água da chuva através do telhado da casa, que escoam pelas calhas. Em todas as cisternas são instaladas bombas manuais para retirada da água, placas de identificação, calhas, tampas, coadores, telas de proteção e cadeados, e todas as construções são coletadas as coordenadas geográficas, longitude e latitude (ASA, s.d).

O P1+2 é outro programa no qual o CASA ajuda a desenvolver na região semiárida com parceria da ASA. Seu objetivo é promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas, pois seu intuito é ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações de animais (ASA, s.d).

O critério de seleção das famílias para contemplação do programa não é muito diferente do P1MC. O P1+2 exige que a família tenha uma renda per capita familiar de até meio salário mínimo, estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais, ter número de Identificação Social (NIS), possuir cisterna de água para consumo humano, ser beneficiada ou vir a ser com prioridade em caso de extrema pobreza. Famílias que são chefiadas por mulheres, com crianças de 0 a 6 anos de idade, frequentando a escola, pessoas com mais de 65 anos ou com deficiência física/mental devem ser atendidas em caráter de prioridade também (ASA, s.d).

Segundo a ASA (s.d), o P1+2 segue a mesma linha do P1MC, pois o programa também conta com a capacitação das famílias para conviver com as cisternas de 52mil litros, onde as comunidades se apropriam de conhecimentos para o manejo da água no arredor da casa, os cuidados com a horta, as plantas medicinais, o uso de defensivos naturais, a fertilização do solo, entre outros assuntos.

De acordo com o Asa (s.d), o P1+2 é um programa que visa captar água da chuva para que as famílias contempladas com ele possa gerir melhor as plantações e o cultivo de animais de pequeno porte. As tecnologias usadas para a construção da cisterna, depende muito do local e da estratégia usada quanto ao seu consumo. Atualmente o P1+2 trabalha com algumas diferentes tecnologias para a captação da água da chuva, que são; Cisterna Calçadão, Barragem Subterrânea, Tanque de Pedra ou Caldeirão, Bomba d'água Popular, Barreiro Trincheira, Barraginha e Cisterna Enxurrada.

Além disso, o intercâmbio realizado é um dos principais componentes do programa, que visa a partilha de conhecimentos pelas famílias, comunidades, universidades e centros de pesquisas, pois se mostra como importante instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento (ASA, s.d).

Portanto, os dois programas são bem parecidos, o P1MC visa a captação da água para consumo humano e o P1+2 para plantio e criação de animais de pequeno porte. São ações desenvolvidas pelo CASA com parceria com outras organizações sociais, como por exemplo, a ASA. Maria fala com bastante orgulho desses programas:

[...]então muita gente não tinha água nem para beber, dependendo de carro pipa, vereador, prefeitura para levar água para eles, e a água só chegava em época de eleição, quando não era época de eleição, o coitado fica lá não sei quantos km com uma lata d'água na cabeça carregando, dependendo de um animal para buscar um tambor d'água e não tinha água, e hoje com essas cisternas mudou, as pessoas têm autonomia, então não precisa depender do vereador, falar que irá votar nele, então é um programa que eu levanto o chapéu, sou muito feliz com isso (Maria, 2021).

Outro programa que o CASA desenvolve é o Cisternas nas Escolas, que infelizmente, segundo Maria (2021), o município de Guanambi não foi contemplado por não ter mais escolas do campo, existe uma única escola que recebe um público advindo do campo, que é a Escola Rômulo Almeida, mas está localizada na cidade e não tem matérias que abordam tal perspectiva educacional.

Mas resumindo um pouco o programa, o objetivo é levar água para as escolas do semiárido com as cisternas de 52 mil litros de água, com tecnologia de armazenamento da água da chuva. O projeto abrange escolas de nove Estados do Semiárido (PE, PB, AL, SE, BA, CE, RN, PI e MG), essa lista inclui escolas mapeadas em territórios indígenas e comunidades quilombolas, que devem ser colocadas como prioridade no atendimento das ações (ASA, s.d).

Por fim, é preciso ressaltar o trabalho que o CASA vem fazendo nos bastidores, utilizando um termo mais popular, pois além de contribuir com os programas ressaltados acima, João (2021) destaca que a organização participa de vários Conselhos, como por exemplo, o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Segurança Alimentar, e inclusive ajudou a criar, o Conselho da Mulher, Conselho Municipal de Meio Ambiente. Evidencia também que faz parte do Fórum Baiano de Agricultura Familiar, o ASA Bahia e ASA Brasil, Conselho do Território do Desenvolvimento do Sertão Produtivo, do qual João fala que já foi gestor por 3 mandatos.

É visível o quanto essas organizações sociais vêm contribuindo com os povos do campo e a agricultura familiar de modo geral, ajudando a fomentar ainda mais o cenário e dando visibilidade e o mínimo de dignidade para muitas famílias do semiárido. O que ficou explícito diante dos fatos levantados e abordados, é que água é sinônimo de identidade, segurança hídrica e também segurança alimentar.

Considerações finais

Diante dos fatos levantados e das entrevistas feitas com os sujeitos da pesquisa, ficou nítido que o seu objetivo geral foi alcançado, no qual buscava compreender como o CASA e o Sindicato Rural dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras de Guanambi contribuem para os povos do campo.

A própria ameaça e extinção de algumas políticas públicas fazem parte dos desafios que essas organizações vêm enfrentando, conforme justifica (Pedro, 2021), um dos sujeitos entrevistados. Nesse sentido, é preciso está sempre lutando para conseguir que tais políticas continuem sendo efetivadas para os povos do campo. Foi notório também que existe uma certa falta de conscientização por parte dos trabalhadores (as) e agricultores (as) familiares, onde os mesmos não procuram certificar documentos importantes para a obtenção de alguns programas e ações, algo que o Sindicato vem lutando para atender o maior número de pessoas possível.

Algo que foi pouco discutido, mas que merece ser colocado também, é a utilização de agrotóxicos nas plantações desses povos do campo, ação que o CASA e o Sindicato vem tentando mudar com a criação de um banco de sementes crioulas e a reeducação dessas pessoas acerca do assunto, pois é tão prejudicial, quanto a utilização de defensivos químicos. Simultaneamente, os sujeitos entrevistados relatam que existe um certo incentivo do agronegócio para os povos do campo para a utilização de agrotóxicos, que tem se expandido cada vez mais, e se tornou uma verdadeira queda de braço entre a agricultura familiar de base agroecológica e o agronegócio.

Fica evidente a existência de uma enorme contribuição das Organizações Sociais para os povos do campo, destacando a importância e necessidade da luta incessante em prol da conquista dos direitos dos sujeitos do campo e de preservá-los, pois a todo o momento políticas neoliberais e o agronegócio vêm tentando usufruir os mesmos, procurando suprimir muitas políticas públicas da agricultura familiar, já conquistadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 01 nov. 2022.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 1998.

ASA. **Ações – Cisternas nas Escolas.** Asabrazil.org.br. Disponível em: <> https://www.asabrazil.org.br/acoes/cisternas-nas-escolas#categoria_img. Acesso em: 01 dez 2021.

ASA. **Ações – P1+2.** Asabrazil.org.br. Disponível em: <> <https://www.asabrazil.org.br/acoes/p1-2>. Acesso em: 01 dez 2021.

ASA. **Ações – P1MC.** Asabrazil.org.br. Disponível em: <> <https://www.asabrazil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: 01 dez 2021.

BOMBARDI, Larissa Mies. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos. **Direitos humanos no Brasil**, p. 71-82, 2011.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S.; Sobre Educação do Campo. In: III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia, GO, 2007.

CASA. **Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA).** Casasemiárido.org.br. Disponível em: <> <http://www.casasemiario.org.br/casa-centro-de-agroecologia-no-semiarido/>. Acesso em: 21 nov 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4°. Ed. – São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação Não-Formal e o Educador Social.** 1.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre: Iniciação à Pesquisa Científica.** – Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ibge.gov.br. Disponível em: <>
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/guanambi.html>. Acesso em: 10 nov 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ibge.gov.br. Disponível em: <>
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/caetite.html>. Acesso em: 22 nov 2021.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar**: Comparação internacional. Uma realidade multiforme. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, v. 6, n. 2, 2015.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In. CALDART et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular. 2012. p.32-40

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. Porto Alegre, **Relatório de pesquisa**. FIDA/RIMISP, 2013.

SOUSA, Romier da Paixão. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 631-648, 2017.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa**: um debate em aberto. Temáticas [Internet]. 2014, 2021 Nov 2022 (44): 203-20.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX encontro anual da ANPOCS. GT 17. **Processos sociais agrários**. Caxambu-MG. Outubro, 1996.